

Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico
Termos e condições de utilização do serviço de declaração
alfandegária electrónica

Definição

1. DSEDT — Refere-se aos serviços públicos aos quais cabe a prestação de serviço electrónicos de declaração alfandegária, ou seja, à Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico (DSEDT) do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM).
2. Utilizador do serviço de declaração alfandegária electrónica (doravante designado por “utilizador”) — Refere-se ao empresário, pessoa colectiva, ou ao empresário individual que assinou e apresentou os documentos necessários ao pedido de utilização do serviço de declaração alfandegária electrónica prestados pela DSEDT do Governo da RAEM.

Âmbito de aplicação

3. A utilização do serviço de declaração alfandegária electrónica está sujeita aos presentes termos e condições.

Âmbito de serviços

4. Através da plataforma de serviço de declaração alfandegária electrónica (doravante designada por plataforma), os documentos necessários à declaração para as operações do comércio externo podem ser apresentados, por meio electrónico, junto dos serviços públicos:

- 1) Tipos de licenças de importação:
 - Instituto para os Assuntos Municipais
 - Direcção dos Serviços de Economia e Desenvolvimento Tecnológico
 - Serviços de Saúde
 - Instituto para a Supervisão e Administração Farmacêutica
 - Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego (com a declaração de exportação)
 - Direcção dos Serviços de Correios e Telecomunicações (com a declaração de exportação)
 - Corpo da Polícia de Segurança Pública

- 2) Tipos de licenças de exportação e de trânsito:
 - Licença de exportação (DSEDT)
 - Licença de trânsito (DSEDT)
- 3) Tipos de declarações:
 - Declaração de importação e exportação
 - Declaração de importação de mercadorias sujeitas à inspecção – produtos alimentares e alimentos para cães e gatos, plantas de decoração
 - Certificado de origem e declaração de exportação B
 - Declaração de importação de produtos químicos perigosos
 - Declaração do PPE
 - Declaração de trânsito
 - Serviços de importação de produtos alimentares frescos e vivos por via terrestre
- 4) Outros serviços
 - Sistema de Certificação do Processo de Kimberley (com licenças de importação e exportação e de trânsito)
 - Serviços relativos aos impressos e formulários para o pedido de certificado de origem (Formulário)
 - Serviços relativos ao manifesto de carga electrónico
5. A DSEDT reserva-se o direito de alterar o âmbito de serviços, sempre que necessário e a qualquer momento, bem como suspender ou cessar serviços relacionados com a plataforma (ou quaisquer serviços desta plataforma), sem aviso prévio.

Instrução de todos os documentos necessários

6. No caso de falta de documentos necessários para o requerimento de abertura de conta, a não apresentação do boletim de requerimento (registo online) ou dos documentos em falta (apresentação do requerimento online ou em suporte de papel), no prazo de 6 meses a contar da data de apresentação do requerimento (registo online) ou da data da notificação por correio electrónico para a apresentação de documentos complementares (apresentação do requerimento online ou em suporte de papel), é considerada como desistência e retira do requerimento de abertura de conta por parte do requerente.

Entrada em vigor, acrescento ou cancelamento dos serviços

7. Os presentes termos e condições produzem efeitos a partir da data em que o utilizador conclua, com sucesso, todas as formalidades de inscrição fixadas pela DSEDTE e acabarão aquando da cessação da utilização dos serviços de declaração alfandegária electrónica. Caso os utilizadores pretendam acrescentar ou cancelar quaisquer serviços, é necessária a apresentação, com dois dias úteis de antecedência, do respectivo formulário devidamente preenchido online, esses serviços irão ser acrescentados ou cancelados no prazo de dois dias úteis após a entrega completa de todos os documentos necessários.

Cessação de serviços

8. A DSEDTE reserva-se o direito de terminar a conta na plataforma, sem aviso prévio, na sequência das seguintes situações:

- 1) Deixar de ser válidas as informações ou documentos relativos à inscrição do utilizador;
- 2) Violar os presentes termos e condições por parte do utilizador;
- 3) Deixar de funcionar o estabelecimento inscrito por utilizador.

Serviços de utilização

9. Aquando da utilização dos serviços, o utilizador deve cumprir as leis de Macau, incluindo (mas não se limitando a) a legislação de privacidade de dados pessoais de Macau, as disposições relativas à gestão de telecomunicações e ao comércio externo, e as estabelecidas pela DSEDTE. A DSEDTE reserva-se o direito de proibir o acesso com ligação dos utilizadores ou adoptar outras acções, com vista a corresponder à respectiva legislação e às disposições estabelecidas pela DSEDTE.

10. Caso seja objecto de indemnização ou controlo por utilização de serviços por um terceiro autorizada para utilizador, o utilizador será responsável por suas próprias responsabilidades legais, custos ou danos resultante deste motivo. Salvo disposição especial em contrário, o utilizador não pode ceder o respectivo serviço a terceiros sem autorização escrita dada pela DSEDTE.

Segurança e confidencialidade

11. Os utilizadores têm a responsabilidade de observar os procedimentos de segurança estabelecidos pela DSEDTE e demais procedimentos e medidas necessárias, a fim de proteger dos seus ficheiros, dados e programas electrónicos e efectuar backup dos mesmos.

Cláusulas de responsabilidade

12. Os utilizadores são responsáveis pelo conteúdo da declaração alfandegária e pela autenticidade dos dados transmitidos através da plataforma.

13. A DSEDTE empenha-se em assegurar o normal funcionamento da plataforma de. Os utilizadores ou terceiros não podem imputar responsabilidades à DSEDTE, pelas consequências resultantes da suspensão ou cessação, pela DSEDTE, da referida plataforma de serviço ou das suas contas ou pelo atraso ou impossibilidade, por qualquer motivo, de transmissão e recepção das informações.

Declaração de recolha de dados pessoais

14. A DSEDTE empenha-se em assegurar todos os dados pessoais apresentados através da plataforma e conservados nesta plataforma, os mesmos são tratados em estrita conformidade com a Lei n.º 8/2005 (Lei da Protecção de Dados Pessoais).

15. Os dados pessoais fornecidos aquando do pedido de conta podem ser utilizados para o cumprimento do dever da DSEDTE na execução das funções referentes à declaração alfandegária electrónica.

16. Os dados pessoais apresentados por utilizadores através da plataforma podem ser utilizados para uma ou mais das seguintes finalidades:

- 1) Tratar dos documentos comerciais apresentados pela plataforma de serviço;
- 2) Desalfandegar mercadorias;
- 3) Comunicar entre o utilizador e os serviços públicos competentes nas respectivas operações de comércio externo.

17. Os dados pessoais acima referidos serão tratados de forma confidencial e devidamente conservados até ao termo da sua utilização ou do seu prazo de conservação, altura em que os dados serão, nos termos

das disposições, destruídos ou bloqueados.

18. Os requerentes/ utilizadores têm direito de, nos termos da lei, acesso, rectificação e actualização aos seus dados pessoais conservados nos nossos Serviços.

19. Devido ao cumprimento de obrigação legal, os dados referidos acima também podem ser transferidos para respectivas entidades competentes.

Cláusulas gerais

20. A DSEDТ reserva-se o direito de alterar, a qualquer momento, todos os termos e condições. Qualquer alteração a estes termos e condições será publicada na plataforma (eservice.edi.gov.mo). Uma vez publicados os termos e condições alterados, caso os utilizadores utilizem ou continuem a utilizar o serviço electrónico daquele sistema, isso quer dizer que os mesmos concordam com os termos e condições revistos e com todas as alterações.

21. A abolição de uma ou mais cláusulas destes termos e condições não afectará a validade e a aplicabilidades do restante clausulado.

O poder de interpretação destes termos e condições pertence à DSEDТ, sendo os mesmos divulgados simultaneamente em chinês, português e inglês. Em caso de contestação ou ininteligibilidade em qualquer das cláusulas destes termos e condições, prevalece a versão chinesa.